

# Apresentação a empresas e academia da Estratégia Nacional dos Territórios Inteligentes e do financiamento PRR – Territórios Inteligentes

Data: 29/11/2023

Relatório da reunião

## A - ENQUADRAMENTO:

“A Estratégia Nacional de Territórios Inteligentes (ENTI) é uma medida prevista no Pilar III – Digitalização do Estado, do Plano de Ação para a Transição Digital, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2020, de 21 de abril, e no Programa do XXIII Governo Constitucional, enquanto medida catalisadora da transição digital, no âmbito da sociedade digital, da criatividade e da inovação, enquanto desafio estratégico.”<sup>1</sup>

Esta estratégia prevê um investimento de 60M€, no âmbito do PRR, e é uma oportunidade para criar um novo paradigma na gestão operacional e planeamento do território. Um paradigma que além de utilizar as fontes tradicionais de dados, recorre a dados em tempo real para suportar uma decisão mais eficiente e proativa, capaz de suportar novos serviços ao cidadão e de promover a transparência e a inovação. A ENTI estende o conceito de *smart cities* a todo o território nacional, incluindo as áreas urbanas e rurais do país, exigindo uma forte cooperação entre todos os atores e parceiros do setor público, empresas, instituições de ensino superior, centros de I&D e a sociedade civil.

“O sucesso da ENTI assenta num conjunto de premissas, cuja garantia ao longo da sua implementação é fundamental, de modo a assegurar a sua concretização e o respetivo plano de ação, nomeadamente:

1. Colaboração e cooperação ao nível nacional regional e local;
2. Acompanhamento resiliente, pragmático e multinível;
3. Ação política alavancada na comunicação da estratégia;
4. Financiamento inclusivo, alinhado com as necessidades nacionais;
5. Capacitação e formação transversal;
6. Serviços e informação de valor acrescentado alicerçados em plataformas interoperáveis”<sup>1</sup>.

Tendo em conta que, no âmbito do modelo de governação da ENTI, a Agência para a Modernização Administrativa (AMA) constitui a Estrutura de Apoio Técnico e de Acompanhamento desta estratégia, esta tomou a iniciativa de agendar reuniões com os diversos *stakeholders*. Entre outras reuniões, foram realizadas 3 sessões, dirigidas respetivamente à administração local, ao ecossistema empresarial e universitário e a potenciais fornecedores de dados.

Nestas, foi apresentada a ENTI e o modelo de operacionalização do investimento PRR – Territórios Inteligentes. Pretendeu-se perceber, em cada caso, quais as expectativas dos participantes relativamente aos desafios e oportunidades que coloca. Foram promovidas por convites diretos, e, no caso das empresas, também no site e redes sociais da AMA, de forma a alargar a participação ao maior número possível de entidades.

Na reunião direcionada para as empresas e para o ecossistema científico nacional, para além da Secretaria de Estado e da AMA, estiveram representadas presencialmente e on-line 40 empresas e 16 estabelecimentos de ensino superior, num total de 115 participantes. Aqui, procurou-se, adicionalmente, conferir qual o estado da arte relativamente às soluções já existentes no mercado. Relativamente à Plataforma de Gestão Urbana, pretendeu-se confirmar a ausência de uma solução única para responder ao pretendido e conseqüentemente, tornar evidente a necessidade de parcerias e dar tempo ao mercado e universidades para se organizarem.

---

<sup>1</sup> Área Governativa da Digitalização e da Modernização Administrativa (2023), *Estratégia Nacional de Territórios Inteligentes*, Lisboa, Agência para a Modernização Administrativa (AMA)

## **B - AGENDA**

1. Apresentar a ENTI e o financiamento PRR - Territórios Inteligentes (60M€);
2. Apresentar as oportunidades e desafios que esse financiamento apresenta ao mercado e ecossistema universitário;
3. Informar os participantes do modelo previsto para a disponibilização de Plataformas de Gestão Urbana aos municípios;
4. Perceber a maturidade do mercado para disponibilizar Plataformas de Gestão Urbana;
5. Esclarecer dúvidas e ouvir sugestões dos participantes.

## **C - PARTICIPANTES:** Ver Anexo 1 e 2

## **D - DESENVOLVIMENTO:**

### **1. João Dias (AMA)**, presidente da AMA, deu início à sessão, transmitindo:

1.1. Os objetivos gerais que se pretendem atingir com esta sessão, nomeadamente apresentar o financiamento PRR-Territórios Inteligentes, apresentar as oportunidades que o programa disponibiliza e dar tempo às empresas e universidades para se prepararem e desenvolverem parcerias;

1.2. O enquadramento da ENTI:

- Aprovada no Conselho de Ministros de 16 de novembro de 2023 prevendo-se a sua publicação em breve;
- Inclui o Plano de Ação 2023-2030 e a Arquitetura de referência para as Plataformas de Gestão Urbana;
- Pretende promover a ligação e articulação entre as diversas escalas do país (cidades inteligentes - Territórios inteligentes - Nação inteligente);

1.3. Exemplos de dados e suas fontes, como sejam dos sistemas da AP central e local, dados de privados (ex: REN, IPMA, Waze, redes sociais, etc.), de sensores (ex: ambientais, inundação, localização, satélite, etc.) ou através de imagens de vídeo;

1.4. Exemplos da aplicabilidade dos dados, nomeadamente quanto ao apoio à gestão operacional e monitorização, para encontrar padrões em grandes conjuntos de dados, definir prioridades, simular o futuro e ainda promover a transparência e a inovação.

### **2. João Tremeceiro (AMA)** apresentou o modelo de operacionalização do financiamento PRR-Territórios Inteligentes, nomeadamente quanto a:

2.1. Fatores críticos de sucesso na sua operacionalização como a necessidade de potenciar o impacto das medidas a curto e médio prazo, de assegurar a sustentabilidade das medidas pós PRR e de cumprir os prazos de execução contratualizados;

2.2. Missão do financiamento PRR-Territórios Inteligentes, visando estender o conceito das cidades para os territórios inteligentes, contribuindo para uma decisão inteligente e proativa,

capaz de suportar novos serviços ao cidadão, com um investimento de 60M€ e conclusão em junho de 2026;

2.3. Objetivos do financiamento: Promover a tomada de decisão suportada em dados, o acesso a aplicações e serviços digitais com custos previsíveis e sustentáveis e a partilha de dados e algoritmos entre a AP local, central e o cidadão, bem como capacitar os recursos humanos da AP e promover a partilha de experiências e boas práticas;

2.4. O faseamento e principais metas de disponibilização dos serviços/produtos previstas no financiamento PRR-Territórios Inteligentes:

- 1º T 2025 - Portal dos Territórios Inteligentes, site que irá suportar o programa, onde terá informação sobre a comunidade de prática, boas práticas, catálogo de modelo de dados, fundos, etc.;
- Jan 2026 – Plataforma Eletrónica dos Procedimentos Urbanísticos;
- 1º T 2026 – *Dashboard* de Políticas Públicas, que inclui um Centro de Comando e Controlo; Gémeos Digitais;
- 2º T 2026 – Plataforma de Gestão Urbana (PGU), com um nº mínimo de 75 municípios;

2.5. Apresentação geral da Plataforma de Dados de Portugal (PDP), plataforma nacional para integração, monitorização, analítica e partilha de dados, que facilita a disseminação deste recurso fundamental a todos os municípios, CIM e AM interessados, independentemente das suas características e nível de maturidade digital. Cada município, CIM ou AM tem acesso à sua Plataforma de Gestão Urbana (PGU), onde além dos dados que recebe da PDP poderá integrar os seus dados. A AMA será a gestora do contrato com a entidade fornecedora da PDP, contratualizando com os municípios, CIM e AM e instituições públicas o acesso às suas PGU. Foi também explicado o esquema geral do fluxo de dados de e para a PGU, sua relação com os dados e plataformas verticais dos municípios, com a PDP e com os dados e plataformas de AP central e de entidades privadas;

2.6. Identificação dos aspetos distintivos desta solução conjunta:

- **A escala:** plataforma num modelo SaaS com capacidade de ser disponibilizada aos 308 municípios portugueses e serviços de administração pública central;
- **Abertura:** a utilização de protocolos abertos, que permitam a fácil integração e partilha dos dados;
- **Acessível a não especialistas:** aposta na disponibilização de ferramentas *no-code* e *low-code*, para permitir que não especialistas de informática e analítica de dados possam integrar, analisar e partilhar dados;
- **Exploração de dados por linguagem natural:** disponibilização de uma ferramenta de inteligência artificial generativa que permita a fácil exploração dos dados existentes na plataforma;
- **Pré-disponibilização de dados:** pretende-se que a plataforma já tenha dados integrados assim como *dashboards* e relatórios suportados nesses dados;
- **Pré-disponibilização de aplicações:** integração de aplicações que deverão incluir, entre outras, a gestão de ocorrências, a gestão de eventos e a partilha de dados e informação com o cidadão, quer através de uma App, quer através de um Portal de Dados Abertos;
- **Associação a um ecossistema inovador:** agregação de um conjunto de parcerias (universidades, laboratórios, start-ups, etc.), que promovam o desenvolvimento futuro da plataforma, com a criação de um ecossistema aberto para a produção de dados, sua

integração, analítica e disponibilização de serviços de valor acrescentado à administração pública;

2.7. Dificuldades de encontrar uma solução única no mercado para resposta a todos estes aspetos distintivos descritos no ponto anterior, especialmente aos três últimos.

2.8. Vantagens da disponibilização das PGU num modelo *SaaS* em *Cloud*:

- Reduzir os custos associados à gestão da infraestrutura;
- Reduzir a necessidades de recursos humanos especializados por parte dos municípios;
- Permitir a fácil escalabilidade da plataforma;
- Facilitar a integração e a partilha de dados;

2.9. Apoios e serviços que a AMA vai disponibilizar aos municípios, sob o compromisso de estes partilharem os seus dados:

- Acesso a uma plataforma de gestão urbana (PGU), para os municípios que ainda não têm nenhuma;
- Financiamento para a aquisição de serviços de integração, partilha e analítica de dados (em sistemas existentes ou novos);
- Financiamento para a aquisição de plataformas verticais;

2.10. Serviços a disponibilizar no âmbito da PGU e verticais:

a) TERRIS – Serviço base para acesso à PGU Municipal, que inclui:

- Acesso a dados com casos de uso já pré-instalados, com possibilidade de pesquisa, exportação e partilha dos mesmos, a relatórios e *dashboards* customizáveis (sem código ou com pouco código);
- Acesso a aplicações específicas como a de gestão de ocorrências, portal de dados abertos municipal e App para o cidadão ter acesso a dados da PGU, reportar ocorrências, receber notificações, etc.;
- Formação on-line para os utilizadores da PGU e gestores do serviço;
- Suporte de *backoffice* aos gestores do serviço;

b) INTEGRA – Para integração de dados e desenvolvimentos à medida na PGU;

c) ANALÍTICA – Recursos para analítica e partilha de dados;

d) VERTICAL – Aquisição de verticais, serviços de analítica e de integração de dados;

2.11. Diferenças entre os modelos a adotar para municípios que já têm plataformas integradoras de gestão urbana e dos que não têm;

2.12. Custos dos serviços para a AP local, que deverão ser gratuitos durante o PRR e previsíveis e sustentáveis, após o PRR;

2.13. Alguns critérios de valorização das propostas para a PDP/PGU, como a inclusão de dados relevantes, a qualidade e quantidade dos casos de uso implementados e das aplicações disponibilizadas, a facilidade de utilização das ferramentas *no-code* e AI generativa destinadas ao utilizador final e ainda o potencial de criação de um ecossistema de inovação aberto;

2.14. Oportunidades gerais que se abrem neste contexto, como financiamentos para capacitação dos funcionários da AP, provas de conceito de Gémeos Digitais, integração e

partilha de dados, software/serviços para analítica de dados, desenvolvimento da Plataforma Eletrónica de Procedimentos Urbanísticos (PEPU) e do Portal dos Territórios Inteligentes;

2.15. Oportunidades para as empresas, que terão possibilidade de participar no âmbito dos vários procedimentos de contratação pública que irão ser lançados onde se incluem a PDP, PGU, plataformas Verticais, entre outros serviços;

2.16. Oportunidades para a academia, na colaboração com as empresas no desenvolvimento das propostas para a PDP/PGU e apoio aos municípios/CIM/AM na identificação de casos de uso, na realização de trabalhos de analítica de dados, na integração e partilha dos seus dados e também na preparação dos cadernos de encargos para a contratação de sensorização e de verticais.

3. Foi aberto um espaço para colocação de comentários e dúvidas aos participantes presenciais e on-line:

i: Questões, comentários e respostas verbalizadas:

3.1. **Audiência:** a) Se na lógica de criar economia de escala, está a ser considerado não transferir esse custo da disponibilização dos dados, a quem os vai utilizar mas, eventualmente, olhar para os contratos de concessão e negociar um modelo, que seja viável, para os operadores disponibilizarem esses dados *free of charge*? b) Os municípios poderão subscrever para ter acesso aos dados que vêm *top-down*, mas os dados que vêm *bottom-up* vão também ser remunerados? c) Como se integram as diversas plataformas já existentes neste contexto? d) A Nova IMS tem experiência de trabalhar quer com os municípios, quer com as CIM e considera que será fundamental trabalhar sobretudo com estas últimas pois o trabalho *Top-down* é muito mais eficaz do que o *bottom-up*, onde há uma grande heterogeneidade de municípios.

**AMA:** a) Sai fora do âmbito da ENTI, mas uma das formas de valorização das propostas é que os concorrentes já possam disponibilizar dados, no entanto, vai ser registada a sugestão no âmbito das políticas nacionais; b) Sim, vão existir dados, quer da AP central, quer da AP local que, pelo seu valor ou latência que têm, vão ter custos de manutenção para garantir a sua qualidade, sendo que a ideia é criar um *Marketplace* para esses casos. Não é tanto fazer um negócio com os dados mas garantir o seu acesso. c) Quem já tem PGU, pode aceder ao serviço vertical, podendo ser financiada a integração de dados dentro de um mesmo modelo. d) Confirma-se ser esse o caminho que a AMA pretende desenvolver.

3.2. **Audiência:** A PDP também estará disponível para o sector privado?

**AMA:** Para os privados, os dados em formatos abertos vão estar disponíveis no portal dados.gov.pt

3.3. **Audiência:** As universidades, institutos de investigação, laboratórios associados podem fazer parte dos consórcios aos concursos? Ou só na questão das provas de conceito de Gémeos Digitais, por via da FCT?

**AMA:** Não vê nenhuma objeção à sua participação em consórcios.

3.4. **Audiência:** À semelhança dos critérios de valorização/prioridades das plataformas, quais são os critérios que estão a ser considerados para os Verticais? Para os verticais que os Municípios possam já ter adquirido, e não tendo uma "PGU municipal", estão previstos requisitos/condições para a sua integração na PGU?

**AMA:** São concursos que vão ser lançados pelos municípios, CIM e AM e cujos critérios de avaliação são dos próprios, no entanto, terão de obedecer a algumas regras para poderem ser

financiados no âmbito da ENTI, nomeadamente terem uma interface aberta, e respeitar a arquitetura de referência.

**3.5. Audiência:** a) Qual a diferença entre quem tem ou não PGU própria? b) O fornecedor da PDP pode ser qualquer um?

**AMA:** a) Quem não tem PGU, pode candidatar-se e a AMA vai disponibilizar a plataforma em *SaaS* já com um *pack* de conteúdos. Quem já tem, vai ter apoios para ligar, integrar, contratar verticais e fazer analítica avançada. b) O fornecedor da PDP/PGU será quem ganhar o concurso público internacional. Para o financiamento dos verticais, qualquer município/CIM/AM pode candidatar-se ao financiamento independentemente de já ter ou não uma PGU. Neste caso, poderão ganhar empresas diferentes para o fornecimento desses verticais.

**3.6. Audiência:** Apesar do beneficiário final ser o município candidato ao vertical, de forma a garantir a uniformidade e facilitar a integração, não faria sentido, à semelhança do modelo espanhol, não só o financiamento, mas o próprio concurso ser também lançado pela AMA?

**AMA:** Foi primeiro pedida uma opinião aos participantes, cuja contribuição foi a seguinte:

**Audiência:**

a) Nós participamos em várias iniciativas da e-Redes, de forma centralizada, e os resultados foram maus. Há uma falta de sintonia entre os interesses particulares dos territórios e o âmbito mais geral. O que acontece é a não utilização dos projetos implementados. O caminho intermédio proposto, ou seja, a AMA seria um apoio técnico ao desenvolvimento e implementação do projeto, mas o projeto seria de iniciativa Municipal ou CIM, seria claramente a melhor opção.

b) Haverá federação de dados? Como está prevista a interoperabilidade? Considerem a federação de dados vs centralização de dados;

c) Para os verticais que os Municípios possam já ter adquirido (e não tendo uma "PGU municipal"), estão previstos requisitos/condições para a sua integração na PGU da AMA?

d) Parece-me que o desenvolvimento de verticais teria que se suportar em arquiteturas de referência comum para cada área de negócio.

**AMA:** Essa possibilidade foi equacionada, e voltará a sê-lo, até porque há muitos municípios que não têm capacidade técnica para lançar concursos neste âmbito. Tendo em vista dar flexibilidade aos municípios e também conseguir garantir uma uniformidade e qualidade dos projetos, a AMA vai dar maior ênfase à comunicação com as CIM/AM e vai ainda disponibilizar cadernos de encargos-tipo para este género de concursos. Informamos que a 16 de novembro foi aprovado em Conselho de Ministros a Estratégia Territórios Inteligentes à qual irá ser publicada e disponibilizada em breve, incluindo a arquitetura de referência que responde e enquadra muitas destas questões.

**3.7. Audiência:** a) A valorização da PDP acresce à valorização técnica da proposta? b) Como é feita a valorização de verticais?

**AMA:** a) Sim. b) Vai ter uma valorização quantitativa e qualitativa.

**3.8. Audiência:** a) Será possível um município/CIM/AM que já tem a sua plataforma poder candidatar-se à PGU fornecida pela AMA, de forma a substituir a anterior? b) Porque é que os verticais não podem fazer parte das PGU?

**AMA:** a) É uma opção de gestão do próprio município/CIM/AM, mas do ponto de vista da AMA, poderá fazê-lo. b) Não faz sentido criar uma solução única para cada vertical na PGU pois a cada nova necessidade, teria de se desenvolver uma nova solução de raiz, quando já existem inúmeras soluções no mercado, passíveis de integração. Além disso, há especificidades dos

verticais que só interessam aos respetivos municípios. A PGU é focada sobretudo na integração, na analítica e na partilha de dados.

**3.9. Audiência:** Necessidade de assegurar a capacitação da AP local bem como contemplar as questões de cibersegurança.

**AMA:** Vão existir diversas ações de capacitação para vários perfis, desde o político ao técnico, tendo o apoio do INA e das universidades. Pretende-se interligar a capacitação à disponibilização dos serviços, podendo a capacitação ser condição para a AP local aderir a determinado serviço. Naturalmente, as questões de cibersegurança irão ser acauteladas.

**3.10. Audiência:** A contratação de sensorização e dos verticais, será também preferencialmente "*software as a service*", para efeitos de financiamento, ou também isso fica ao critério dos municípios?

**AMA:** Teremos de refletir se queremos intervir nas opções que as CIM/AM vão tomar.

**3.11. Audiência:** Neste serviço da AMA, a subscrever pelos municípios/CIM/AM, para além de todos os objetivos não imediatos, seria possível, à partida, existir uma estimativa segmentada de ROI a divulgar pelos municípios e ajustada aos mesmos?

**AMA:** Ainda não está definido pois é algo completamente novo. A AMA pretende implementar algo com custos sustentáveis e previsíveis, após o PRR.

**3.12. Audiência:** Como pretendem implementar a interoperabilidade com verticais internacionais?

**AMA:** A AMA pretende implementar modelos de dados que sejam comuns, partindo das referências padrão a nível internacional.

**3.13. Audiência:** a) O fornecimento de sensores está incluído na ENTI? b) Será a AMA a proceder ao trabalho prévio de contactar os diversos fornecedores de dados para os incluir na PDP/PGU ou terão de ser os consórcios a fazer esse trabalho?

**AMA:** a) O fornecimento de sensores não é financiado através da ENTI, mas há financiamento europeu para tal. b) Ambos deverão procurar obter dados junto dos seus fornecedores, a AMA estará vocacionada para os dados das entidades da AP central e os consórcios do restante universo.

#### ii: Questões, comentários e respostas colocadas na conversa da reunião do Teams:

**3.14. Audiência:** Não ficou claro a que tipo de dados estamos a referir. São dados de territórios/geografia, dados de turismo, ou outros?

**AMA:** São todos os dados que possam ser relevantes para os municípios e território, quer sejam mais estáticos, quer sejam dados em tempo quase real.

**3.15. Audiência:** Onde podemos ter acesso à ENTI, ao Plano de Ação, etc.? Onde vão estar acessíveis todos estes documentos?

**AMA:** A AMA irá enviar os links para os participantes assim que esta documentação for publicada.

**3.16. Audiência:** Será constituída uma comunidade/ecossistema de parceiros a quem manifestou interesse (por exemplo participantes nesta sessão), para assim serem encetadas conversações conjuntas?

**AMA:** Sim.

**3.17. Audiência:** A AIRC já disponibiliza informação do ERP municipal para integradores externos. Já integramos com vários serviços da AMA e estamos muito interessados em partilhar esses dados num modelo de interoperabilidade global. Quando poderemos contar com a disponibilização de informação técnica para esse modelo?

**AMA:** Durante 2024.

**3.18. Audiência:** Ao nível da governança dos dados, de quem será o *ownership* dos dados captados nos diferentes territórios e posteriormente trabalhados/integrados pela AMA?

**AMA:** Os proprietários dos dados serão sempre quem os recolhe e disponibiliza.

## E - CONCLUSÕES

Foi efetuada a apresentação da ENTI de acordo com os objetivos, dando também oportunidade aos participantes para colocarem questões no final.

Referiu-se que em termos financeiros ainda não seria possível informar qual o encargo após o prazo do PRR, mas que estes serão previsíveis e sustentáveis.

Em termos gerais os participantes consideraram a estratégia relevante, tendo a maior parte parabenizado a AMA pela iniciativa e pelo facto de existir pela primeira vez uma Estratégia Nacional de Territórios Inteligentes. Reconheceram tratar-se de um grande desafio, em termos de organização administrativa do estado e de partilha de dados e cuja implementação resultará numa mais-valia ao ecossistema nacional.

Em relação à PGU, foi referido que irá ser lançado um procedimento pré-contratual e que serão valorizadas as candidaturas que apresentem propostas de plataformas de Gestão Urbana já com dados e aplicações integradas.

Após a sessão de perguntas e respostas, foi evidente entre os presentes, que o tipo de plataforma e os serviços a ela associados que a AMA pretende contratar são muito distintos daquilo que existe mercado. As funcionalidades que devem estar integradas na plataforma (ex: ferramentas de AI generativa), assim como as aplicações e dados, obrigam a que as empresas interessadas em concorrer tenham de trabalhar em conjunto. Só assim será possível encontrar e propor soluções que satisfaçam os objetivos da PGU e que permitam integrar valências que hoje são comercializadas em separado, de forma a criar uma solução única, integrada e de fácil utilização.

Também a necessidade de disponibilizar uma plataforma única para os 308 municípios do país, apresenta ao mercado desafios distintos daqueles que habitualmente estão ligados à implementação de uma plataforma de gestão urbana por município.

Neste contexto, em face das dificuldades elencadas e para dar resposta a todas as necessidades, foi desde logo demonstrado, por parte dos diversos participantes, interesse em formar parcerias de forma a se complementarem nas suas valências.

**Anexo 1 – Participantes (presenciais e on-line)**

<b>Tipo de Entidade</b>	<b>Nome da Entidade</b>
AP Central	AMA
AP Central	Secretaria de Estado
Empresa	Accenture Portugal
Empresa	ActionLab
Empresa	AIRC
Empresa	Algarve Circular Lab
Empresa	Altice
Empresa	Armis ITS
Empresa	AVPRO (Albergaria-a-Velha)
Empresa	Bosch
Empresa	Capgemini Portugal
Empresa	CISCO
Empresa	Data CoLab
Empresa	Decsis
Empresa	DeepNeuronic
Empresa	Deloitte
Empresa	Ernst & Young - Portugal
Empresa	ESRI
Empresa	Focus BC
Empresa	Forcera
Empresa	GeoPoint - Location Inteligence
Empresa	Google
Empresa	GUEDES CORRENTE
Empresa	Kyndryl
Empresa	Minsait
Empresa	Medidata
Empresa	Microsoft
Empresa	Mota-Engil ATIV
Empresa	NEC
Empresa	NOS
Empresa	Open Data Soft
Empresa	Oracle
Empresa	Outlook
Empresa	OutSystems
Empresa	Shreder - Hyperion
Empresa	SMARTVISION
Empresa	Ubiwhere
Empresa	Urbanmotion
Empresa	Vodafone
Empresa	Wavecom
Empresa	WeAreTechnology Group
Empresa	YUNEX Traffic
Ensino superior	Instituto Jean Piaget - Escola Superior de Tecnologia e Gestão
Ensino superior	IP Coimbra - Instituto Politécnico de Coimbra - Instituto Superior de Engenharia de Coimbra
Ensino superior	IP Leiria - Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria

Ensino superior	IP Lisboa - Instituto Politécnico de Lisboa - Instituto Superior de Engenharia de Lisboa
Ensino superior	ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa
Ensino superior	Universidade de Lisboa - Serviços Ação Social
Ensino superior	Universidade de Lisboa - Faculdade de Ciências
Ensino superior	Universidade de Lisboa - Faculdade de Medicina
Ensino superior	Universidade de Lisboa - IGOT - Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
Ensino superior	Universidade de Lisboa - ISCSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa
Ensino superior	Universidade de Lisboa - IST - Instituto Superior Técnico
Ensino superior	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Ensino superior	Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências e Tecnologia (Div. Comunicação e Relações Exteriores)
Ensino superior	Universidade Nova de Lisboa - Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação
Ensino superior	Universidade de Aveiro - Instituto de Telecomunicações
Ensino superior	Universidade da Maia - Unidades de Investigação e Projetos de I&D

Anexo 2 – Fotos da reunião

